

A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NA ANTIGUIDADE: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO IMPÉRIO HELENÍSTICO

Rosimere Mendes Cabral

Professora Assistente DE do Departamento de Ciência da Informação da UFF,
doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

E-mail: rosimerecabral@gmail.com

Resumo: Apresenta um estudo histórico sobre o surgimento da cidade e da Biblioteca de Alexandria na Antiguidade a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que as envolve. Analisa a Biblioteca como espaço de memória e patrimônio no império helenístico. Relata as conquistas de Alexandre Magno e a construção do império helenístico. Discute o conceito de memória social. Aborda uma discussão a cerca da formação do acervo da Biblioteca através do trabalho de reunir, ordenar e classificar obras como um quadro social da memória. Analisa a Biblioteca como parte integrante de um processo de apropriação lingüística e cultural, que por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, possibilitou a construção numa cidade nova de uma memória artificial.

Palavras-chave: Biblioteca de Alexandria. Memória Artificial. Patrimônio.

Abstract: Presents a historical study of the emergence of the city and the Library of Alexandria in antiquity from a critical view that emerges from the historical data to analyze the political project which involves both of them. Analyzes the library as a place of memory and heritage in the Hellenistic empire. Reports the conquests of Alexandre Magno and the construction of the Hellenistic empire. Discusses the concept of social memory. Addresses a discussion about the formation of the Library's collection through the work of gathering, ordering and classifying works as a social frame of memory. Analyzes the Library as an integral part of a process of linguistic and

cultural appropriation, which through copies, translations and reworkings of the most important writings, enabled the construction into a new city of an artificial memory.

Keywords: Library of Alexandria. Artificial memory. Heritage.

O trabalho aqui apresentado aborda o surgimento da cidade e a criação da Biblioteca de Alexandria enquanto espaço de memória e patrimônio no império helenístico, a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que as envolve.

Alexandria foi fundada por Alexandre Magno em aproximadamente 332 a.C. (sendo considerado pelo povo um libertador do jugo persa que os dominava), como parte de seu projeto de formação de um império universal. Idealizou uma grande cidade que se tornou a mais importante do império helenístico¹ e seus sucessores continuaram seu projeto ao construírem um grande centro de saber.

Fundação e origem

Alexandre Magno (336-323) nasceu da união de Filipe, o realista, e de Olímpias, a mística, tendo como antepassados míticos, por parte de pai, Zeus e Heracles, Aquiles e Príamo por parte de mãe. O sangue de grandes heróis dos quais acreditava descender parecia estar em suas veias, e apaixonado pelas tradições místicas consulta o oráculo de Amon em Siwah, recebendo dos deuses a resposta que tanto almejava: é proclamado filho de Amon, que lhe promete o império universal. Alexandre sente-se o próprio deus após a proclamação, o que o faz comportar-se como um super-homem. Ao mesmo tempo, seguia os ensinamentos de Aristóteles, adquirindo a cultura helênica através da leitura de Píndaro, Heródoto e Eurípidas. Segundo seu mestre, Aristóteles, Alexandre acreditava que a moderação está na base das monarquias e herda dos seus pais a prudência, a inspiração, a reflexão e a intuição, assim como os acessos de cólera e o entusiasmo também vistos em outros Eácidas (da família Molossos a que sua mãe fazia parte), (LÉVÊQUE, 1987, p. 9-11).

Filipe morre em 336, apunhalado por Pausânias, época em que Alexandre tinha apenas 20 anos e por ser o primogênito, é proclamado rei pelo exército. Seus ideais de conquistar e civilizar o mundo são então colocados em prática por meio de grandes batalhas, chegando a conquistar terras muito longínquas como o Oriente e a Ásia,

[...] Alexandre anima o exército com o seu ardor enquanto o dirige com a ciência do estrategista mais seguro. De resto, este intrépido cavaleiro, este

¹ O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como iniciando-se em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.

temível manejador de homens, este capitão grande entre os maiores, mostra-se o mais genial dos organizadores (LÉVÊQUE, 1987, p. 13).

O controle das cidades conquistadas é conseguido com a manutenção da administração às quais estavam habituadas:

[...] assim, tem a sabedoria de não querer unificar um Império polimorfo e de manter em cada região a administração a que ela está habituada. Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não comunga do ideal pan-helênico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. E como conseguir melhor esta fusão senão multiplicando os casamentos mistos? O rei dá o exemplo: casa com Roxana, filha de um nobre de Sogdiana, depois com três princesas persas. Num só dia, no regresso da Índia, a maior parte dos seus generais e 10000 soldados unem-se com indígenas numa esplêndida cerimônia (as bodas de Susa). Paralelamente, manda educar à maneira grega 30000 crianças iranianas (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

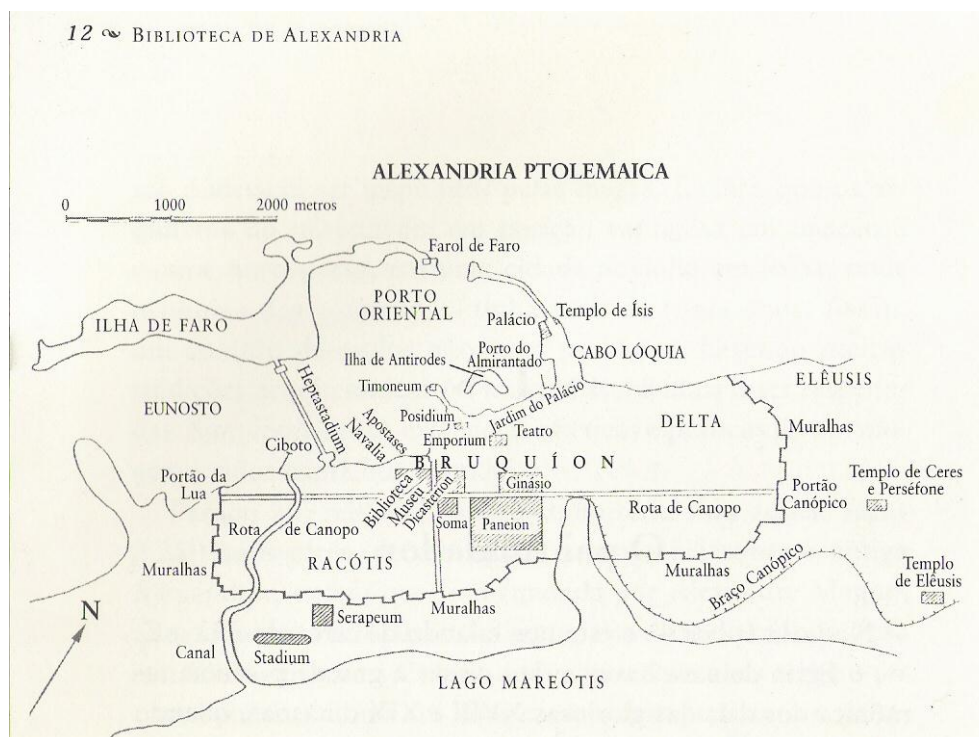
Com essas atitudes Alexandre mantém o poder e o controle das cidades conquistadas e expande a cultura grega por vastas regiões, mas somente Alexandria atinge a glória como uma das mais belas cidades do mundo.

As estratégias usadas pelo conquistador para expansão da cultura grega demonstram sua habilidade política para com os povos dominados e as imensas regiões conquistadas. Ao promover os casamentos entre povos distintos, permitia uma fusão cultural e lingüística entre os mesmos, atingindo assim seus planos de dominação através da clivagem étnica e cultural.

Segundo Flower, Alexandre Magno chega ao Egito cerca de 332 a.C., sendo acolhido pela população como um salvador que a estava libertando do odiado jugo persa: “O rei persa Ataxerxes III Oco (da XXXI dinastia) reconquistou o Egito em 343 a.C. e reinou por meio de um governador até a chegada de Alexandre Magno, em 332 a.C.” (FLOWER, 2002, p. 11). Devido às muitas lutas pelo poder e invasão de persas e assírias, o reino foi reduzido a uma província do império aquemênida.

Após as festividades de sua coroação, Alexandre passa o inverno na costa do Mediterrâneo numa vila conhecida como Racótis, “[...] no extremo ocidental do Delta e logo atrás da Ilha de Faro” (FLOWER, 2002, p. 12).

A cidade de Alexandria estabeleceu-se a oeste do delta, no istmo entre o mar e o lago Mareótis, perto do braço Canópico do Nilo: sítio salubre, mesmo no verão, por causa dos ventos etésios. O porto, protegido pela ilha de Faros, fica relativamente ao abrigo das grandes tempestades (LÉVÊQUE, 1987, p. 66).



Mapa 1: Alexandria Ptolemaica
 Fonte: Flower, 2002, p. 12

Existem algumas lendas sobre a fundação de Alexandria. Podemos considerar que:

Numa versão mais prosaica, seus conselheiros (Alexandre Magno) teriam observado que uma cidade construída em uma faixa de terra entre o mar e o Lago Mareóti logo atrás teria a) acesso fácil ao Nilo e ao Delta e b) uma fonte permanente de água doce, vital para o projeto. E ao construir uma estrada elevada para a Ilha de Faro, ele poderia, sem muito esforço, ter o maior e melhor porto da bacia oriental do Mediterrâneo, abrigado dos ventos etesianos e das perigosas correntes do oeste (FLOWER, 2002, p. 13).

Alexandre decidiu construir um porto de mar profundo que atendesse a uma armada agressiva e grande frota. Contratou o maior arquiteto da época, Deinócrates, para projetar a cidade, e em 7 de abril de 331 a.C. lançou a pedra fundamental da cidade. Algumas semanas depois ele partiu e nunca mais retornou em vida. Seu corpo foi enterrado por seu sucessor Ptolomeu I Sóter em uma magnífica tumba conhecida como Soma, segundo relato de Flower (2002, p. 15).

Mas se Alexandre da Macedônia foi o fundador efetivo de uma cidade que se tornaria o epicentro do pensamento grego e romano dos novecentos anos seguintes, temos de agradecer também a seus sucessores imediatos, os três primeiros ptolomeus, pela criação de seu singular centro de saber (FLOWER, 2002, p. 16).

Para Lévêque (1979, p. 39), a cidade era uma grande metrópole cosmopolita e a mais importante do mundo helênico. Um lugar onde conviviam povos distintos como

gregos, egípcios, sírios e judeus, uma verdadeira miscelânea de povos, culturas, costumes. Tal variedade permitia uma valiosa efervescência que seria habilmente utilizada como uma estratégia de aculturação lingüística e cultural, como veremos adiante.

Após a morte de Alexandre Magno em 323 a.C., o vasto império foi dividido entre seus generais e o Egito coube a Ptolomeu I (filho de um obscuro comandante de guarnição macedônio chamado Lagos) que só se proclamou rei dezesseis anos depois, fundando a dinastia que governou o Egito até este se tornar um estado satélite romano, aproximadamente três séculos depois (FLOWER, 2002, p. 17). Ptolomeu I era um homem de letras e, ligado a tudo referente ao intelecto, procurou se rodear de conselheiros inteligentes. Um desses sugeriu pela primeira vez a criação de uma biblioteca real, sendo a sugestão aprovada pelo rei com todos os recursos possíveis (FLOWER, 2002, p. 19).

O sucessor de Ptolomeu I Sóter foi Ptolomeu II Filadelfo, que se casou com sua irmã Arsinoé II. A seu respeito, Flower (2002, p. 21) narra o seguinte:

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II Filadelfo adquiriu todos os papiros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras, como a de Aristóteles, embora os historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado de quase quarenta anos, os livros transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta (filho de Ptolomeu II Filadelfo e de sua primeira esposa, Arsinoé I), e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto Serapeum.

Sobre a biblioteca filha, sabe-se que foi construída visto que os rolos de papiro transbordavam da Biblioteca de Alexandria para os escritórios e armazéns reais e seu acervo era constituído pelas melhores cópias elaboradas a partir das boas edições feitas no museu (que assim como a biblioteca filha, fazia parte do vasto Serapeum), localizados no bairro de Racótis, que abrigava os centros de saber. Ela era freqüentada por pessoas estranhas ao museu, ou melhor, por pessoas da própria cidade, diferentemente do movimento de eruditos e sábios que freqüentavam a biblioteca principal.

Assim como seu pai e avô, Ptolomeu II Filadelfo era também um grande admirador das artes e bibliófilo apaixonado, adquirindo carregamentos inteiros de livros e gastando grandes fortunas com códices e papiros raros. Após seu reinado, a tranqüilidade vivida dentro do Museu e da Biblioteca chegou ao fim com os sucessores de Ptolomeu que, devido aos casamentos entre primos e irmãos, foram vitimados pela

degenerescência e ataques de loucura. Esses sucessores demonstraram hostilidade com o grande centro de saber e cultura (FLOWER, 2002, p. 22).

Para uma melhor compreensão do significado da reunião desses milhares de rolos de papiros buscou-se o conceito de documento que é discutido por Dodebei através de atributos a ele relacionados, como formação e suporte físico. Esses atributos, no entanto, não são suficientes para distinguir documento de objeto. Dessa forma a autora busca outros atributos, como prova ou testemunho de uma ação cultural, o que levará ao complexo conceito de memória social. Considera-se a memória como a “manutenção de qualquer recorte de ações vividas por uma sociedade” (DODEBEI, 2001, p. 60), levando assim ao congelamento das ações escolhidas com o intuito de promover a preservação daquele momento social. A escolha dessas ações representa a sua duplicação em móvel e imóvel, implicando então na noção de representação e, conseqüentemente, de memória.

Para Dodebei (2001, p. 60) a “memória social é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera pública – memória coletiva”. Há, portanto, duas formas de representação para melhor compreensão: pela reprodução, como “duplicação de textos, sons e imagens”, e por “isolamento de um objeto”, no caso de um único exemplar. O conceito de documento pode ser compreendido como um “constructo”, reunindo três proposições: unicidade, virtualidade e significação. No primeiro, unicidade, entendemos que os documentos como “objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência”, visto não se reunirem em categorias específicas.

A segunda, virtualidade, leva a uma classificação do objeto, pois a “atribuição de predicados ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva” (DODEBEI, 2001, p. 64). Significação, a terceira das proposições, indica que a transformação dos objetos usados no cotidiano em documentos é intencional, o que os constitui em categoria de tempo e circunstância.

A partir dessas proposições, é possível afirmar que “não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos” (DODEBEI, 2001, p. 64).

Em Alexandria tal memória foi formada através dos documentos reunidos na biblioteca, visto que estes representavam as escolhas dos soberanos e dos bibliotecários que indicavam quais obras seriam armazenadas na biblioteca real e quais iriam para a biblioteca filha, num processo incessante de depositar todas as obras disponíveis e em

todas as línguas, afirmando assim a primazia sobre outros povos e o domínio cultural advindo deste processo de montagem do acervo.

Tal processo de acumulação dos escritos, nas palavras de Le Goff (1990, p. 545, 547-548) significa que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [sic], mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Assim, o acervo foi formado com o apoio das gerações dos Ptolomeu que, ao incentivarem o acúmulo de rolos nas estantes das bibliotecas, possibilitaram seu crescimento, fortaleceram o domínio cultural e lingüístico, além da imagem de si próprios que construíram através do esforço consciente ao reunirem os documentos-monumentos durante séculos de existência das bibliotecas.

Retomando o histórico do centro de saber, encontra-se Demétrio Falereu que foi o grande influenciador de Ptolomeu I Sóter na formação e construção da primeira grande biblioteca, tendo chegado em Alexandria na primavera de 304 a.C., com pouco mais de quarenta anos. Demétrio nasceu numa família rica e influente, recebeu a melhor educação e estudou no Liceu de Aristóteles, convivendo com grandes filósofos, poetas e oradores de seu tempo,

Demétrio tinha sido um dos grandes jovens mais poderosos e bem sucedidos do mundo grego, e poucos de seus contemporâneos conseguiram igualar sua fama como orador, poeta e filósofo ou rivalizar seu poder como senhor absoluto de Atenas, que ele governara desde a idade de vinte e oito anos em nome de Cassandro, outro general de Alexandre, que se tornara soberano da Macedônia (FLOWER, 2002, p. 23).

No entanto, Poliorceta deu um golpe de Estado e Demétrio foi obrigado a fugir. Sua formação teria influenciado a sugestão que dera ao rei

[...] um centro de cultura e pesquisa em Alexandria que rivalizaria com os de Atenas, Pérgamo e Cirene, e transformaria a cidade no epicentro da erudição. O resultado foi a formação do que se tornaria a primeira grande biblioteca e centro de pesquisa internacional. Abrigado ao recinto real, o acesso ao Museu e à Biblioteca era limitado de início aos convidados do rei. Mas rapidamente, à medida que o número de rolos e códices cresceu e que sábios locais e estrangeiros eram convidados a estudar ali, o local se transformou em um lugar de estudo público para eruditos reputados [...] (FLOWER, 2002, p. 25).

Algumas lendas mostram que Demétrio sugeriu a Ptolomeu I que reunisse livros sobre a realeza e o exercício do poder para seu próprio uso. Demétrio recebeu o consentimento do rei e o persuadiu a montar uma biblioteca com cópias de todas as

obras importantes já escritas, um projeto ambicioso envolvendo a compra ou cópia de quatrocentos a quinhentos mil pergaminhos (FLOWER, 2002, p. 25-26).

Para a realização deste projeto, Ptolomeu enviou emissários aos centros acadêmicos do Mediterrâneo e Oriente Médio com a missão de comprar ou mesmo surrupiar trabalhos dos principais filósofos, poetas, matemáticos e dramaturgos. Outro método utilizado foi a revista de todos os barcos que atracavam no porto de Alexandria, procurando manuscritos que, ao serem encontrados, eram confiscados e mantidos em armazéns para posterior cópia, e muitas vezes sequer eram devolvidos.

Segundo Jacob (2000, p. 45), a biblioteca então formada era um depósito de livros, no sentido grego do termo, onde rolos de papiros eram arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes. Seus leitores eram sábios e homens de letras que liam, conversavam, e talvez ensinassem a uns poucos alunos em galerias cobertas.

Para Jacob (2000, p. 45), Alexandria não era um modelo de catedrais do saber como as bibliotecas de hoje e sim uma biblioteca de Estado, mas sem público, pois sua finalidade era acumular todos os escritos da terra no palácio real, e não difundir o saber de forma a educar a sociedade.

Em contraste com o que Baratin e Jacob colocam como o espírito de uma biblioteca:

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogos com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira (BARATIN; JACOB, 2000, p. 9).

Demétrio intrometeu-se na sucessão real e acabou banido por Ptolomeu II Filadelfo quando este soube que Demétrio havia aconselhado seu pai a colocar o primogênito como sucessor. Demétrio morreu de uma picada de cobra quando fazia sua sesta; é provável que tenha morrido envenenado por ordens do faraó (FLOWER, 2002, p. 26-27). Mas se Demétrio foi o idealizador da Biblioteca de Alexandria, outro nome passou à história como seu grande organizador: Calímaco. É o que conta Flower (2002, p. 50):

Por volta de 270 a.C., no reinado de Ptolomeu II Filadelfo, entrou em cena um poeta e gramático cujo nome seria ligado mais do que qualquer outro – exceto Demétrio Falereu – à grande biblioteca. Calímaco nasceu por volta de 305 a.C. em Cirene, a outra grande colônia grega.

Calímaco conseguiu um emprego na biblioteca devido a sua inteligência e sabedoria, pois recebera excelente educação por ser filho da nobreza. No entanto, quando sua família perdeu a fortuna, passou a ganhar a vida dando aulas num subúrbio de Alexandria; logo ficou conhecido no palácio e então convidado a trabalhar na biblioteca. Grande bajulador que era, escreveu poemas ao faraó, como Hino a Zeus e Délio, sendo nomeado poeta oficial da corte. Recebeu nomeações para tutor do herdeiro do trono e bibliotecário-chefe, mas possivelmente por achar que atrapalhariam seu trabalho recusou os cargos (FLOWER, 2002, p. 51).

Calímaco tentou uma classificação geral do acervo, os *Catálogos*, que eram divididos em gêneros e atendiam a todos os setores da biblioteca. O enorme catálogo era tão extenso que ocupava sozinho uns cento e vinte rolos, *Catálogo dos autores que brilharam em cada disciplina* e dá uma idéia da ordenação dos rolos. Esse catálogo não representava um guia da biblioteca, pois apenas os que a utilizavam com frequência conseguiam entendê-lo, mas sim uma seleção do catálogo completo; nem mesmo representava todo o acervo, uma vez que foi usado como critério incluir apenas os autores que mais se destacaram nos diversos gêneros, em categorias, tais como épicos, trágicos, cômicos, historiadores, médicos, retóricos, leis, miscelâneas, em seis seções para a poesia e cinco para a prosa (CANFORA, 2001, p. 41).

A maior contribuição de Calímaco para a biblioteca foi a catalogação de toda a coleção de papiros e códices, estimada em quinhentos mil, utilizando Pinakes (lâminas). A respeito destas lâminas, Flower (2002, p. 52) oferece mais detalhes:

Essas eram uma série de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por “palavras-chave” e “autor”. De acordo com o Suidas, léxico do século 10, Calímaco compôs lâminas “sobre os homens eminentes em todos os campos do conhecimento e sobre o que escreveram”. Um efeito digno de Sísifo, e se a ele adicionarmos as 880 obras que se considera que escreveu, temos uma idéia da voracidade por trabalho que ele devia ter.

Homens de confiança eram escolhidos pelos reis para cuidar da biblioteca, trabalho este que consistia em classificar, dividir em livros, copiar, anotar, acrescentar comentários às obras, contribuindo assim para o aumento incessante do acervo. Eram os chamados bibliotecários que conheciam a biblioteca profundamente, com todas as suas estantes, corredores e milhares de rolos armazenados cuidadosamente, um trabalho que permitia o acesso tão restrito às mais diversas obras (CANFORA, 2001, p. 40).

O trabalho de reunir, ordenar e classificar as obras depositadas na biblioteca foi valorizado por Namer (1987) como um verdadeiro “quadro social da memória”, tal

como o define Halbwachs: uma referência estável de tradições e conhecimentos a partir dos quais todas as novas informações se organizam. Namer destaca a importância da obra *Catálogos* enquanto uma categorização sistemática, afirmando que ela constitui uma verdadeira

[...] mnemotécnica do corpo de bibliotecários e dos leitores. Reflexo da categorização dos livros nas prateleiras tanto como os casos da classificação dos saberes, o catálogo sistemático, *memória das memórias*, desempenha o papel de quadro social da memória tal como o define Halbwachs: uma lembrança nova se adapta às categorias antigas [...], ou seja, as categorias se modificam (se subdivide a classificação: se abre uma nova prateleira). [...] O catálogo sistemático, na medida em que representa a categorização prepara um primeiro exemplo de uma coordenação entre a memória social virtual que constitui o conjunto dos livros e a atualização dessa memória pela escolha e a leitura que o público fará.

O catálogo criado por Calímaco, apesar de representar uma parte e não todo o acervo da biblioteca, representava uma forma de organização do conhecimento armazenado em milhares de rolos que se espalhavam pelas estantes e permitia assim a localização dos mesmos. Tal trabalho leva à questão abordada por Dodebei (2001, p. 62) quando diz que:

[...] independentemente da questão do valor, que é um atributo móvel, e portanto, não permanente, em um dado instante é necessário dar uma ordem a esses objetos que já se constituem em documentos, uma vez que estes foram selecionados para pertencer a um conjunto (*coleção*, no caso de bibliotecas e museus e *acervos orgânicos*, no caso de arquivos). Tais conjuntos vão se constituir em memória se deles pudermos obter os cruzamentos representacionais necessários à recuperação, ou seja, a possibilidade de localização e acesso à fonte primária.

A miscelânea de povos na cidade de Alexandria ao reunir num mesmo lugar gregos, judeus, núbios, egípcios, colonos, militares e aventureiros, assim como a pretensão de abrigar uma biblioteca universal que abarcasse toda a memória do mundo numa cidade nova, mostra que os soberanos pretendiam afirmar a “primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais” (JACOB, 2000, p. 47). Neste sentido, a idéia da biblioteca como podendo constituir um “quadro social da memória”, segundo o que propõe Namer, poderia ser questionada, já que esse quadro social, no sentido rigoroso do termo, tem como estofos as tradições familiares, religiosas e de classe de um determinado grupo ou região. A memória que se visava constituir através da Biblioteca de Alexandria, contudo, é uma memória que não se enraíza em nenhuma tradição local: trata-se de uma memória construída artificialmente, a partir de raízes inventadas ou impostas. Essa memória artificial foi construída a partir da fundação da cidade, da criação da biblioteca e do museu, como forma de compensar

a marginalidade geográfica através da simbologia obtida com a grandiosidade e importância do centro de saber. Não satisfeitos com suas tradições ou sua origem, os governantes inventavam uma, como forma de legitimar e engrandecer o seu poderio: eis aqui um propósito político importante na fundação da Biblioteca de Alexandria, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder.

Ao reunir num só local todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo de apropriação lingüística e cultural, por meio de cópias, traduções e reelaboraões dos mais importantes escritos, construiu-se numa cidade nova uma memória artificial, permitindo que através dessa memória escrita o Egito obtivesse vantagem na rivalidade política com outras potências mediterrâneas.

O terceiro bibliotecário-chefe foi Eratóstenes, que nasceu em Cirene e fora para Alexandria para estudar com Calímaco. Ele permaneceu no cargo por quarenta anos, tendo assumido em 245 a.C. com apenas trinta e um anos. Eratóstenes era poeta, filósofo, matemático, astrônomo, cientista, geógrafo, crítico literário, gramático e inventor. Por possuir todos esses dons, é considerado precursor de gênios como Leonardo da Vinci, Giovanni Pico della Mirandola e Leon Battista Alberti; sua maior contribuição foi ter descoberto uma forma válida para se medir o perímetro da Terra, o que permitiu a entrada de seu nome para a História. Eratóstenes teve um fim trágico: com mais de setenta anos perdeu a visão e teve que renunciar ao cargo de bibliotecário-chefe; dez anos depois, sem o conforto dos livros e o estímulo à pesquisa, parou de comer e morreu aos oitenta e dois anos (FLOWER, 2002, p. 66-67, 69, 70).

A movimentação na biblioteca era restrita a uma elite de sábios, pensadores, estudiosos que tinham acesso aos milhares de rolos de papiro acumulados por anos de reinado ptolemaico, numa tentativa de reunir num só lugar todo o saber registrado pelos vários povos e línguas de todo o mundo. Era um lugar de leitura, de descobertas e criação, onde os pesquisadores buscavam conhecimentos e dialogavam com autores antigos, muitas vezes reescrevendo, traduzindo ou atualizando escritos. Segundo Jacob (2000, p. 51):

[...] a 'grande biblioteca' de Alexandria funda uma nova relação com o tempo e o espaço. Há o tempo da busca dos livros, de sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, universal, abolindo a distância com o passado para propor num mesmo lugar de conservação todos os escritos humanos, os vestígios do pensamento, da sabedoria e da imaginação. A coleção afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros e de textos provenientes de regiões e de épocas muito variadas.

Esse processo incessante de reescrever, traduzir e produzir novos textos é representado como uma memória-saber, que nas palavras de Namer (1987) significa:

cópia, resumo, citação, formalização da reflexão sobre a memória, todas estas práticas de memória são práticas cognitivas; atualizo uma memória para recuperar um saber, um raciocínio antigo, a partir dos quais nasce minha própria reflexão. Esta prática cognitiva de memória está ligada à minha intenção de atualizar uma memória-saber.

A esse conjunto de práticas cognitivas, o autor chama de memória-diálogo, assim como o fichário ou catálogo usados para pesquisar o acervo de uma biblioteca.

Os pesquisadores que atuavam na biblioteca, sábios e eruditos, assim como os bibliotecários que lá trabalhavam, ao terem acesso aos mais variados textos já escritos, dialogando entre si e talvez ensinando a uns poucos alunos, atualizavam as memórias escritas com o intuito de recuperar um saber. Tais práticas cognitivas de resumos, citações, traduções realizadas no centro de saber eram formas de atualizar uma memória-saber.

Memória esta que só existe se houver documentos, conforme estudos de Dodebei (2001), como os milhares de rolos acumulados nas estantes da Biblioteca de Alexandria e da biblioteca filha no Serapeum, que foram criadas, mantidas e destruídas a partir de escolhas, disputas e exercício de poder dos soberanos ao longo da existência da biblioteca, durante o reinado ptolemaico que durou três séculos, como uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder” (NAMER, 1987).

A Biblioteca de Alexandria era um espaço de conservação do patrimônio intelectual, lingüístico e literário do império helenístico como parte integrante de um projeto político baseado na dominação pelo saber e assimilação cultural. Estratégias utilizadas por Alexandre Magno para estender o seu poder sobre os persas, e como elas foram baseadas em grande parte no saber, na cultura e na assimilação do conhecimento armazenado nas estantes das bibliotecas que eram freqüentadas por uma por uma minoria de sábios e representantes da elite intelectual da época.

REFERÊNCIAS:

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 351 p.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

FLOWER, Derek. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 553 p.

LÉVÊQUE, Pierre. *Impérios e bárbaros: do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.

_____. *O mundo helenístico*. Tradução Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70, 1987. 248 p.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In : _____. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.